

Intervenção efectuada em 25 de Abril de 2021 na Assembleia Municipal de Aveiro

Ao celebrarmos hoje o quadragésimo sétimo aniversário do 25 de Abril, estamos a fazê-lo em condições atípicas, após muitos meses em estado de emergência, e em ambiente restrito devido à pandemia que ainda vivemos, mas que a transmissão da sessão através dos canais da Câmara Municipal de Aveiro na internet ajuda a divulgar a todos aqueles que gostariam de estar aqui presentes, mas que não têm possibilidade de o fazer.

Mais de metade da população portuguesa nasceu e cresceu depois de 1974, não tendo por isso qualquer noção, até ao início das medidas restritivas da liberdade individual motivadas pela pandemia de Covid-19, em Março do ano passado, do que é ter restrições à sua liberdade de movimentação, da impossibilidade de estar e conviver com familiares que vivem em localizações distantes, de escolher um museu ou de uma loja para visitar, ou de um restaurante para fazer a sua refeição.

Este período que ainda atravessamos e que, espera-se, se esteja a aproximar do seu final, veio obrigar-nos a valorizar uma das componentes da liberdade, a liberdade de circulação, que Portugal conquistou em 1974 e consolidou definitivamente em 25 de Novembro de 1975.

Foi apenas uma de entre tantas alterações positivas que o 25 de Abril nos trouxe que nos foi temporariamente retirada, a bem da saúde pública e do mais rápido combate ao vírus que tanto nos preocupa, e que afectou centenas de milhares de portugueses, muitos dos quais de forma irreversível.

Outras das modificações que passámos a poder usufruir a partir de 1974 foi a liberdade de expressão.

Liberdade de expressão, que alguns tentam, sem êxito, usar de uma forma demagógica, omitindo ou distorcendo muitas vezes a verdade, de modo a tentarem atingir os seus objectivos de exercício de poder.

Liberdade de expressão que outros tentam utilizar, afirmando falar em nome e em representação de grandes grupos da população, mas que, após uma análise mais fina, se verifica que pouco mais representam do que a sua própria pessoa, a sua sombra e mais alguns amigos, muitos deles que têm apenas existência virtual.

Liberdade de expressão que alguma comunicação social utiliza para apresentar as notícias de uma forma difusa, ou até mesmo confusa, enfatizando umas e omitindo outras, procurando assim satisfazer alguns tipos de interesse que não são vislumbráveis de imediato.

Liberdade de expressão daqueles que procuram impor-nos ditaduras de gosto, seja na forma como nos deslocamos, como nos alimentamos, com quem e como gostamos de conviver, procurando amplificar as suas minoritárias opiniões de modo a que pareçam ser representativas de imensos cidadãos.

Liberdade de expressão que se vê sobretudo nas redes sociais, onde aqueles que se julgam especialistas em “tudologia” não perdem uma oportunidade para dar uso à sua fértil imaginação, tentando obter “gostos” e comentários sobre as mais variadas matérias, as quais, muitas das vezes, podem ser resumidas como a demonstração inequívoca da sua ignorância.

Por fim, liberdade de expressão que permite a alguns julgarem-se donos da democracia, da liberdade, da mensagem ou do desfile, enfim, donos disto tudo à sua maneira, julgam eles, não tendo capacidade sequer de perceber que em 47 anos tudo à volta deles evoluiu, mudou para melhor, e que tais manifestações de soberberia são inúteis e desnecessárias e em nada dignificam a democracia pela qual lutaram.

Democracia é também termos de conviver com aqueles que, no seu íntimo, tentam usá-la para fins pouco recomendáveis, como aqueles cujo extremismo das suas ideias e mensagens políticas, à esquerda e à direita, tem de ser firmemente combatido no momento em que exercemos o nosso direito de voto, com a maior manifestação possível de repúdio daquelas ideias.

Finalmente, e talvez representando a principal diferença que a democracia trouxe a Portugal, o exercício do direito de voto.

Tivemos já este ano a realização das eleições presidenciais, com uma campanha eleitoral adaptada às circunstâncias, mas em que a resposta dos portugueses, traduzida através do número de votos que deram entrada nas urnas, foi bastante positiva e talvez mesmo superior às expectativas.

Dentro de poucos meses será a vez de escolhermos aqueles que irão governar os destinos das autarquias locais nos próximos 4 anos, aqueles cujo exercício do poder é mais próximo das populações, sendo essa a altura para ser feita a análise do trabalho desenvolvido ao longo de um mandato e de escolher as melhores propostas para o futuro de cada freguesia e município.

Certamente que irão surgir propostas de continuidade, propostas inovadoras e propostas em que provavelmente nem aqueles que as propõem acreditam na possibilidade de as pôr em prática.

Mas o que é certo é que os Portugueses, fazendo uso da sua já longa experiência democrática, não deixarão de saber utilizar a liberdade que o 25 de Abril lhes trouxe para continuarem a escolher o melhor para a sua freguesia e para o seu concelho, dando oportunidade àqueles que vencerem as eleições de executar os programas que propõem e àqueles que as perderem, de fazerem oposição séria, digna e construtiva, que é sobretudo isso que a democracia necessita.